

Contratação de serviços especializados PJ para a realização do diagnóstico da situação fundiária e uso dos recursos naturais dos Parques Estaduais Caminho dos Gerais e Grão Mogol, gerenciados pelo Instituto Estadual de Florestas/IEF-MG.

## 1. Contextualização

O Programa Copaibas é uma iniciativa de conservação ambiental, implementada com a contribuição financeira da *Norwegian Agency for Development Cooperations* - NORAD (Agência Norueguesa para Desenvolvimento e Cooperações), por meio do *Norwegian Ministry of Foreign Affairs* - MFA (Ministério das Relações Exteriores da Noruega), com gestão pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.

O Funbio atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Programa, adquirindo bens e contratando serviços em prol dos beneficiários do COPAÍBAS.

O objetivo geral do Programa é contribuir para a redução da taxa de desmatamento e a consequente emissão de Gases de Efeito Estufa por meio de estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e Cerrado, contribuindo também para melhorar as condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas.

Para isso, conta com quatro iniciativas complementares, com destaque para o fortalecimento de Unidades de Conservação (UCs) do Cerrado. O Programa apoia 21 UCs de 4 estados: Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais, que totalizam 1,2 milhão de hectares.

## 2. Caracterização das Unidades de Conservação

### 2.1. Parque Estadual Caminho dos Gerais

O Parque Estadual Caminho dos Gerais, criado pelo Decreto Estadual sem número, de 28 de março de 2007, tem como objetivo proteger a fauna e a flora regional, nascentes, rios e córregos da região, criar condições para o desenvolvimento de pesquisas, estudos de modo a conciliar harmoniosamente, o uso científico, educativo, recreativo e turismo ecológico, com a preservação integral e perene do patrimônio natural. Localizado no bioma Caatinga, o parque abrange os municípios de Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul, com extensão territorial de 56.237,37 hectares (IEF, 2022).

No Plano de Manejo a regularização fundiária foi considerada uma das questões-chave para a gestão da Unidade de Conservação. O documento definiu ainda que as áreas em propriedades ainda sem posse, barragens e pontos de captação de água pelas comunidades do entorno fossem áreas usos divergentes no zoneamento estabelecido para a UC.

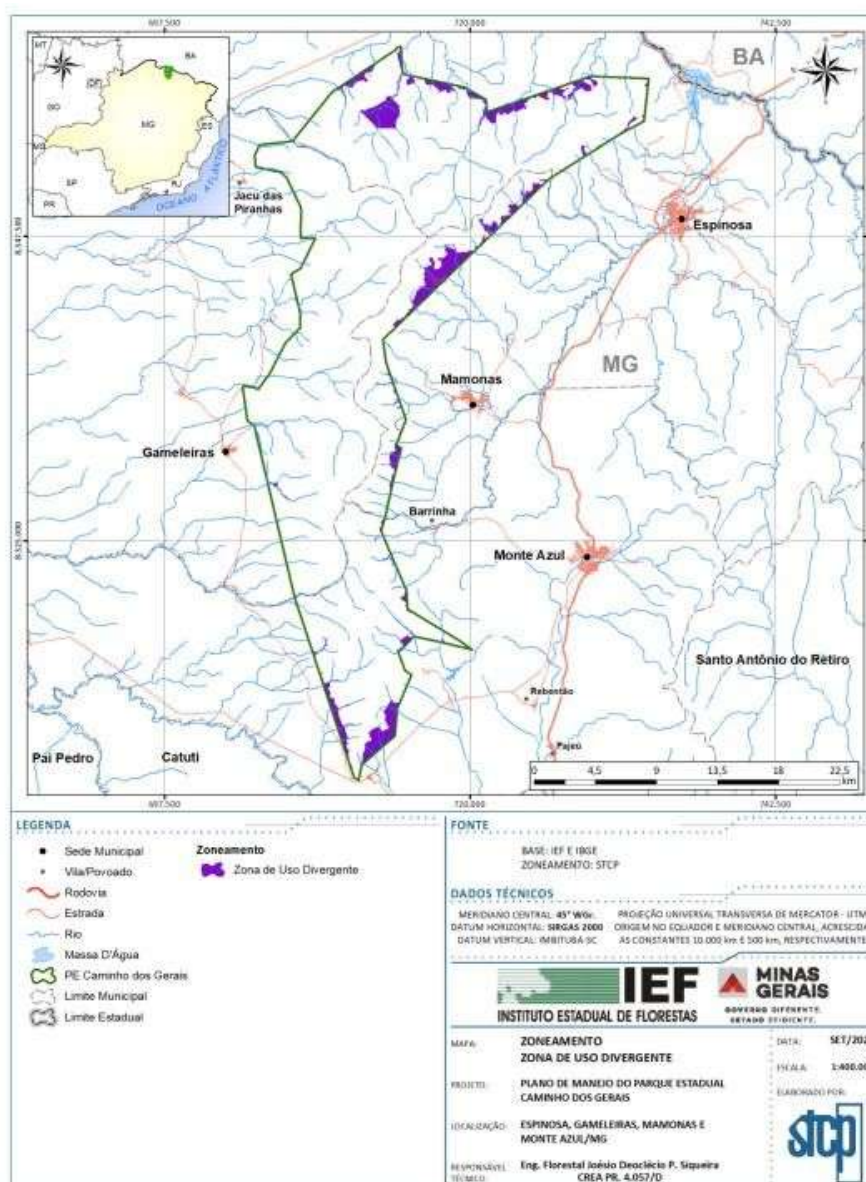


Figura 01: Localização das Zonas de Uso Divergente

Fonte: IEF, 2022.

O **Parque Estadual Caminho dos Gerais** dispõe de três escritórios (centro de referência ambiental) nas cidades de Monte Azul, Espinosa e Gameleiras cedidos pelas prefeituras dos respectivos municípios, regida por termo de cooperação, com computador, internet, impressora. A área interna do Parque dispõe apenas de um ponto de apoio sem energia elétrica e internet, e funciona com um gerador. As estradas de acesso ao Parque são transitáveis preferencialmente por veículos 4x4, acessos principais pelos municípios de Monte Azul e Mamonas, com deslocamento de aproximadamente 1 hora da sede municipal até o PECGerais, e na área interna circula-se de veículos nas estradas/aceiros remanescentes da atividade de silvicultura de antes da criação da UC. O Município de Espinosa tem um acesso parcial de um ponto específico do lado leste e outro oeste. O município de Gameleiras não tem acesso por estradas/aceiros no Parque, sendo o acesso a pé ou de animal, a cidade oferece serviços de hospedagem e alimentação em hotéis e restaurantes, postos de saúde e hospital, entre outros serviços. Foram identificadas no diagnóstico do Plano de Manejo as comunidades tradicionais de Laranjeiras, Brejo Velho, Boqueirão, Soco Velho as quais são reconhecidas pela Fundação Palmares e estão incluídas na associação de mulheres quilombolas de São Sebastião e adjacência que fica mais distante da UC, mas são representantes do conselho consultivo do PECGerais. As comunidades acima citadas estão localizadas no entorno da UC. Também é de conhecimento que há posses de moradores dessas comunidades no interior da Unidade. Vale ressaltar, que tais comunidades recebem o abastecimento de água de captações localizadas no interior da UC, sendo necessário a elaboração de uma minuta de Termo de Compromisso de forma genérica, podendo ser aplicada para os demais casos semelhantes em outras comunidades no entorno da UC. Conforme disposto no Plano de Manejo, ainda que haja limitações quanto à sistematização das informações, observa-se o uso de recursos naturais pelas comunidades do entorno, incluindo a apanha de frutos nativos do Cerrado e da Caatinga para consumo familiar, produção de artesanato e uso na medicina tradicional, bem como a captação de água para propriedades particulares ou uso comunitário, além de práticas de agricultura e pecuária desenvolvidas, em parte, em áreas classificadas como Zona de Uso Divergente no interior da Unidade de Conservação.

## **2.2 Parque Estadual de Grão Mogol**

O Parque Estadual de Grão Mogol foi criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais a partir do Decreto Estadual nº 39.906, de 22 de setembro de 1998. Possuía inicialmente uma área de 33.324,72 hectares (ha), teve seu perímetro alterado por meio do Decreto Estadual nº 45.243, de 14 de dezembro de 2009, apresentando então uma área total de 28.404,49 ha. Tem como finalidade, segundo decreto de criação, proteger a fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos, bem como propiciar alternativas de uso racional dos recursos naturais, como o turismo ecológico.

Atualmente o Parque Estadual de Grão Mogol desenvolve suas atividades administrativas em um escritório custeado pela Prefeitura Municipal de Grão Mogol, situado na Avenida Artur Campos, nº 187, Bairro Centro, Grão Mogol – MG. Este espaço chamado **“Espaço do Produtor Rural”**, vem sendo ocupado pelo escritório do PEGM, conforme celebrado pelo Termo de Cooperação entre Instituto Estadual de Florestas e Prefeitura.

As infraestruturas existentes no PEGM são: 01 guarita de vigilância, 01 casa de Gerência, 02 casas de apoio, uma com a estrutura melhor localizada próxima a casa da gerente e outra casa simples na propriedade que passou a pertencer ao IEF por meio de compensação, conhecida por “Casa do poção de Dão”.

Para acessar a região sul do parque saindo de Montes Claros, segue pela BR-251 sentido Salinas/MG, depois continua pela MG-307, onde está localizada a sede provisória, às margens da rodovia MG-307, km 40, comunidade Extrema, Zona Rural de Grão Mogol. O acesso a região norte da UC, é pela rodovia BR-251, onde o parque faz divisa com o povoado Bocaina.

O acesso às principais comunidades no interior do Parque, dá-se pela estrada vicinal de terra, saindo sentido o lago Irapé, depois segue sentido as comunidades do Taquaral, Cardoso, Cornélio e Bosque, onde é recomendado o uso de veículo 4x4 nesses trechos. Para acessar as comunidades do Bosquinho e Santa Rita, na região leste da UC, é necessário o uso de veículo 4x4.

O Parque Estadual de Grão Mogol possui moradores reconhecidos como Povos Tradicionais Geraizeiros, organizados no denominado Núcleo do Tingui, que reúne comunidades localizadas tanto no interior quanto no entorno da Unidade de Conservação. O Núcleo Tingui é representado pelas comunidades situadas no interior da UC — Bocaina, Bosque, Bosquinho, Cornélio, Taquaral e Santa Rita — e por comunidades localizadas no entorno, a saber: Andorinhas, Cafundó, Estreito e Ventania. No que se refere às comunidades do entorno, observa-se a existência de usos recorrentes de recursos naturais, tais como a apanha de lenha e de frutos nativos do Cerrado para consumo familiar, a obtenção de produtos destinados ao artesanato e à medicina tradicional, bem como a captação de água para abastecimento de propriedades particulares ou uso comunitário. Diante desse contexto, para o Parque Estadual de Grão Mogol, poderão ser consideradas a elaboração de minutas de Termos de Compromisso de caráter genérico voltadas às comunidades do entorno, quando pertinente, visando a compatibilização dos usos existentes com os objetivos de conservação da Unidade.

O Plano de Manejo encontra-se em fase de elaboração, dessa forma ainda não há informações sobre o zoneamento de áreas de uso direto consideradas como usos divergentes.

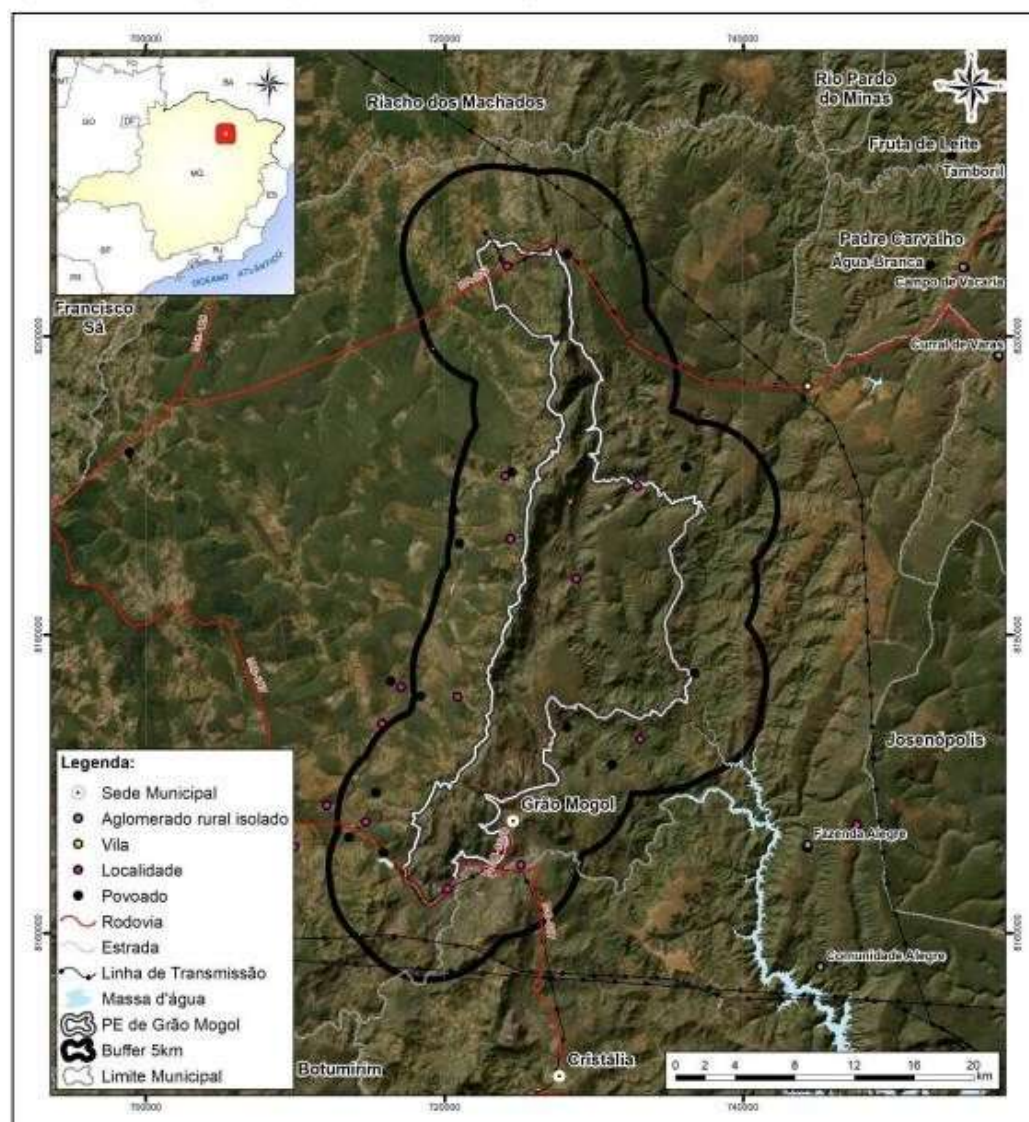


Figura 02: Localização do Parque Estadual de Grão-Mogol

Fonte: IEF, 2025.

### 3. Situação fundiária e uso de recursos naturais das Unidades de Conservação

O ordenamento territorial é um dos maiores desafios para o dia a dia das Unidades de Conservação (UCs), afligindo grande parte das áreas protegidas do país. Por ordenamento territorial, entende-se por as questões fundiárias e de uso de recursos naturais em Unidades de Conservação.

Quanto aos aspectos fundiários, o processo de Regularização Fundiária pode ser considerado um dos elementos mais importantes na gestão das Unidades de Conservação, visto que está diretamente associado à minimização, ou, até mesmo, na solução de alguns dos principais conflitos e desafios das UCs, que é a aquisição de imóveis visando garantir que a posse e o domínio se tornem efetivamente públicos.



Além da questão de propriedade, a regularização fundiária visa remover ocupações incompatíveis com o regime jurídico da UC, seja por impedir a presença humana inadequada em áreas naturalmente protegidas, seja por não serem grupos tradicionais que se enquadram nos objetivos da UC. Outras etapas subsequentes de consolidação dos limites incluem a verificação de sobreposições com outras áreas protegidas, demarcações topográficas e delimitação clara dos limites da UC. A regularização fundiária, combinada com essa consolidação de limites, representa um avanço significativo para a implementação efetiva das UCs, permitindo que cumpram sua finalidade ambiental.

No que diz respeito a comunidades tradicionais, é raro encontrar dados consistentes em órgãos institucionais, exceto no caso de comunidades que já estão em estágios avançados do processo de titularização. Isso se deve, em parte, ao fato de muitos desses grupos se organizarem segundo sistemas socioculturais próprios, com valores, práticas e formas de regulação social específicas. Nesse sentido, a abordagem fundiária em relação a comunidades tradicionais deverá ter um olhar diferenciado em função da sua relação histórica com território.

Trata-se de um problema complexo, envolvendo diversos atores, interesses e direitos. Além disso, há poucos dados de qualidade disponíveis. O levantamento de informações é custoso e tecnicamente desafiador. Os dados ainda sofrem de perecibilidade, demandando atualização em poucos anos. Por outro lado, ressalta-se a importância: Sem informações de qualidade, o Estado encontra limitação em sua capacidade de ação, não sendo possível atuar na escala necessária para o endereçamento deste problema.

Mesmo em posse de informações adequadas, os encaminhamentos possíveis são custosos, demandando a atuação da Administração Pública para encontrar fontes de recursos volumosas o bastante. Medidas como compensação minerária e compensação de Reserva Legal têm sido empregadas no país a fim de solucionar os passivos fundiários de Unidades de Conservação.

A complexidade do tema se reflete no fato que os problemas relacionados ao ordenamento territorial são amplamente difundidos entre as UCs, com muitos casos já possuindo décadas de existência. Resultam, muitas vezes, em conflitos de populações de perfis diversos com a gestão da UC, com muitos destes escalando a ponto de inviabilizar a gestão da Unidade e demandar o acionamento das forças de segurança.

Dada a relevância do tema, o Programa COPAÍBAS concebeu esta consultoria, a fim de subsidiar os esforços dos estados visando avançar sobre o passivo relacionado ao ordenamento territorial de Unidades de Conservação.

As informações específicas sobre a situação fundiária das UCs foram compiladas e são apresentadas no Anexo II: Relatório da Situação Fundiária do Parque Estadual Caminho dos Gerais e Anexo III: Relatório de Situação Fundiária do Parque Estadual Grão Mogol.

## 4. Objetivo

Esta contratação tem por objetivo melhorar os dados disponíveis sobre ordenamento territorial dos Parques Estaduais Caminho dos Gerais e Grão Mogol, possibilitando que o Estado atue para avançar com os diagnósticos da situação fundiária e do uso de recursos naturais das UCs.

## 4.1 Objetivos Específicos

Adicionalmente, a contratação deverá subsidiar a tomada de decisão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais por meio da produção de diagnósticos técnicos, análises integradas e recomendações estratégicas voltadas ao ordenamento territorial, à regularização fundiária e à gestão dos usos de recursos naturais nos Parques Estaduais Caminho dos Gerais e Grão Mogol

### **São objetivos específicos desta contratação:**

- a. Identificar, mapear com a delimitação correta e caracterizar imóveis e ocupações existentes no interior das UCs, incluindo a identificação de posses e propriedades (matrícula dos imóveis), ou a inexistência delas;

Observação: Em todas as documentações a serem levantadas deverá ser observada a data de início da ocupação do imóvel para efeitos jurídicos.

- b. Identificar e caracterizar usos de recursos naturais das UCs por proprietários, posseiros ou populações tradicionais inseridas no interior das Unidades;

**Observação:** as conhecidas comunidades tradicionais de cada UC constam no item 2 Caracterização das Unidades de Conservação deste documento.

- c. Identificar e caracterizar usos de recursos naturais por populações tradicionais no entorno das duas UCs;
- d. Elaborar minutas de Termos de Compromisso para os casos em que as partes indicarem como necessário e recomendar alternativas de solução para o Órgão Gestor, a fim de resolver o passivo de ordenamento territorial de suas Unidades de Conservação;
- e. Identificar estratégias mais adequadas para cada tipologia de ocupação (desapropriação, regularização, arrecadação sumária, etc);
- f. Estimar custos indicativos para regularização fundiária das áreas prioritárias;
- g. Propor plano de ação estruturado para enfrentamento do passivo fundiário.

Por Órgão Gestor, nesta solicitação, entende-se o Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG.

O próximo tópico irá descrever as atividades e produtos. Em todo caso, é importante que as organizações candidatas mantenham em vista estes objetivos quando forem elaborar suas propostas técnicas.

## 5. Atividades e produtos

A consultoria deverá responder aos questionamentos e realizar as atividades indicadas conforme descrito abaixo.

### **Produto 1 – Plano de trabalho**

O Plano de Trabalho deverá conter de forma detalhada a estratégia de execução dos trabalhos pela Contratada.

A contratada deverá apresentar e discutir a metodologia e procedimentos técnicos adotados de todas as etapas e fases do trabalho. O Plano de Trabalho deve espelhar a forma de trabalhar da

Contratada. O cronograma deve conter todas as atividades a serem realizadas, inclusive aquelas que serão desenvolvidas em conjunto com o Órgão Gestor, indicando responsáveis, datas, meios, envolvidos e providências. O Plano de Trabalho deve incluir um cronograma de execução das atividades, não se restringindo às etapas indicadas no presente Termo de Referência.

A elaboração do PT deve considerar em todas as atividades propostas uma abordagem participativa, interdisciplinar e respeitosa das especificidades culturais e legais da comunidade, além do diálogo transparente entre os atores envolvidos e a devolutiva, o retorno das informações à comunidade.

- Reunião online com a equipe do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. A atividade terá entre 2 e 4 horas de duração, podendo ser dividida em mais de um encontro virtual.
- Mapeamento e solicitação de dados disponíveis junto ao Órgão Gestor.
- Identificação, junto à equipe do órgão gestor, de quais cartórios são importantes para a complementação de informações acerca do ordenamento territorial das UCs.
- Elaboração do Plano de Trabalho, que deverá conter pelo menos as seguintes informações:
  - Atividades que serão realizadas em cada produto;
  - Premissas que levaram à escolha de cada atividade;
  - Metodologia empregada para a realização das atividades;
  - Ações esperadas do Órgão Gestor e da gestão da UC em cada produto;
  - Recursos que serão empregados nas atividades de campo;
  - Cronograma detalhado de atividades;
  - Indicadores e meios de verificação de avanço.
  - Estratégia de priorização dos imóveis a serem submetidos à regularização fundiária pelo Instituto Estadual de Florestas, ocupações e conflitos a serem aprofundados nas etapas seguintes, considerando risco ambiental, complexidade jurídica, relevância social e potencial de encaminhamento.

Entrega final: Plano de Trabalho.

## **Produto 2 – Caracterização preliminar**

Neste Produto, a Contratada realizará a coleta, análise, estudo comparativo e sistematização das informações e dados secundários pré-existentis relacionados à situação fundiária e uso de recursos naturais na UC, além da necessidade de levantamento de dados primários que complementem as lacunas de informação. A caracterização visa levantar todos os dados disponíveis e as lacunas fundiárias para que sejam alcançados os objetivos desta consultoria e produzir a base teórica que será empregada nos próximos produtos indicando uma classificação preliminar dos imóveis quanto a:

- Situação jurídica (posse, propriedade, ocupação irregular);
- Temporalidade da ocupação (anterior ou posterior à criação da UC);
- Potencial de conflito socioambiental;
- Indícios de elegibilidade para indenização ou não.

Portanto, deverão ser detalhados os seguintes temas:



#### Situação Fundiária:

- Análise das informações fornecidas pelo IEF/MG. Dados disponíveis, organizados e sistematizados em formato de relatório da Gerência de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária a saber: dados internos, Cadastro Ambiental Rural – CAR e SIGEF/INCRA;
- Indicação das lacunas que deverão ser respondidas no levantamento cartorial (Produtos 3) e pela visita a campo na UC (Produtos 4);
- A análise comparativa entre as bases de dados que permita a identificação de inconsistências, sobreposições, áreas potencialmente devolutas (áreas ‘vazias’) além de um panorama fundiário consolidado

**Observação:** na análise comparativa citada acima deverá ser realizada análise espacial integrada por meio de Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando as camadas do CAR, do SIGEF e os polígonos do IEF, contemplando:

I. Áreas com cadastro em mais de uma base;

II. Áreas cadastrada em apenas uma base, mas ausentes nas demais, indicando lacunas ou inconsistências cadastrais;

III. Áreas sem registro em nenhuma das bases analisadas, indicando terras potencialmente devolutas;

IV. Áreas com cadastro nas bases e sobrepostas às áreas de posse e domínio do IEF, indicando inconsistências cadastrais ou áreas com ocupação.

#### Levantamento Socioeconômico:

- Levantamento de dados secundários disponíveis (Por exemplo: PNADC/IBGE);
- O IEF/MG disponibilizará os Planos de Manejo, Planos de Uso Público e demais documentos internos associados;
- Indicação das lacunas que deverão ser respondidas em visita a cartórios (Produto 3) e pela visita a campo na UC (Produto 4);

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

#### a. Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:

- Quantas famílias residem ou possuem propriedades/posses no interior da Unidade?
- Há proprietários/propriedades desconhecidos e/ou terras potencialmente devolutas não identificadas pelos dados do CAR, SIGEF e IEF/MG? Em caso positivo quantificar os dados.
- Quantos e quais são os imóveis devidamente registrados e georreferenciados?
- Quais os tipos de atividades econômicas ocorrem nos imóveis e ocupações existentes na UC?
- Qual o perfil social e econômico dos proprietários/posseiros?

#### b. Sobre populações tradicionais

- Quais são os dados secundários disponíveis especificamente sobre as comunidades;
- Possuem certificação junto à Fundação Palmares ou órgão equivalente?

*Destaca-se que a contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.*

Entrega final: Relatório preliminar de caracterização fundiária e socioeconômica das UCs.

### **Produto 3.1 – Levantamento cartorial do Parque Estadual Caminho dos Gerais**

A contratada deverá sistematizar a relação dos imóveis inseridos no Parque Estadual Caminho dos Gerais que serão objeto de consulta de dados cartoriais, bem como reunir quaisquer outras informações necessárias à instrução das solicitações. Caberá à contratada realizar diretamente as consultas e diligências junto aos cartórios competentes, visando à identificação da situação jurídica dos imóveis situados na Unidade de Conservação.

A ideia é que o levantamento em cartório complemente as informações ausentes nos produtos anteriores. Caberá às empresas candidatas a proposição de tarefas que respondam a todas as perguntas de todos os produtos.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

#### **Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:**

- Qual a situação fundiária atualizada da UC, considerando todas as propriedades e posses identificadas?
- Quantos imóveis existem na UC atualmente?
- Quantos hectares estes imóveis ocupam?
- Qual a situação documental de cada imóvel?
- O imóvel está cadastrado no INCRA (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e/ou o ocupante paga o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)?
- Quais imóveis/posses correspondem a ocupações anteriores à criação e/ou ampliação da UC?
- Há terras potencialmente devolutas, a partir das lacunas identificadas nos levantamentos do órgão ambiental e pesquisas cartoriais?
- Quais e quantas propriedades estão registradas em cartório? Quantas delas tratam-se de posse?
- Há georreferenciamento e/ou memorial descritivo averbado à matrícula no cartório; (verificar se há coordenadas no memorial);
- Quantos imóveis possuem registros de ônus reais, como hipotecas, penhoras ou ações judiciais em andamento?
- Quantos imóveis dentro dos limites da UC possuem registros formais (matrícula ou certidões trintenárias) válidos e atualizados?
- Existe sobreposição de registros ou títulos de posse entre diferentes interessados no interior da UC?
- Quais imóveis sobrepõem as áreas adquiridas pelo IEF?
- Qual percentual de sobreposição das áreas adquiridas pelo IEF?
- Entre os imóveis identificados, há propriedades que não estão cadastradas no CAR ou que apresentam inconsistências em sua documentação?
- Quais inconsistências foram encontradas entre os registros cartoriais e a realidade das ocupações identificadas no levantamento de campo?

A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas acima.

Como uma das entregas deste produto, deverá ser apresentada “Matriz Consolidada Fundiária” contendo, para cada imóvel:

- Situação documental;
- Delimitação correta das áreas;
- Sobreposições identificadas;
- Classificação jurídica consolidada;
- Indicação preliminar de encaminhamento (regularização, desapropriação, TC, etc.).

Destaca-se a importância de que Povos e Comunidades Tradicionais recebam atenção especial em sua caracterização, em respeito a estes grupos e também em respeito às salvaguardas do Programa COPÁBAS.

Todos os dados gerados deverão ser disponibilizados para o IEF/MG. Este deverá indicar no Plano de Trabalho quais formatos e informações deverão constar neste produto para que os conteúdos sejam incorporados ao banco de dados da instituição.

**Entrega Produto 3.1:** Relatório de Levantamento Cartorial do Parque Estadual Caminho dos Gerais, contendo todas as informações solicitadas acima.

### **Produto 3.2 – Levantamento cartorial do Parque Estadual de Grão Mogol**

A contratada deverá sistematizar a relação dos imóveis inseridos no Parque Estadual de Grão Mogol que serão objeto de consulta de dados cartoriais, bem como reunir quaisquer outras informações necessárias à instrução das solicitações. Caberá à contratada realizar diretamente as consultas e diligências junto aos cartórios competentes, visando à identificação da situação jurídica dos imóveis situados na Unidade de Conservação.

A ideia é que o levantamento em cartório complemente as informações ausentes nos produtos anteriores. Caberá às empresas candidatas a proposição de tarefas que respondam a todas as perguntas de todos os produtos.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

#### **Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:**

- Qual a situação fundiária atualizada da UC, considerando todas as propriedades e posses identificadas?
- Quantos imóveis existem na UC atualmente?
- Quantos hectares estes imóveis ocupam?
- Qual a situação documental de cada imóvel?
- O imóvel está cadastrado no INCRA (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e/ou o ocupante paga o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)?
- Quais imóveis/posses correspondem a ocupações anteriores à criação e/ou ampliação da UC?
- Há terras potencialmente devolutas, a partir das lacunas identificadas nos levantamentos do órgão ambiental e pesquisas cartoriais?
- Quais e quantas propriedades estão registradas em cartório? Quantas delas tratam-se de posse?
- Há georreferenciamento e/ou memorial descritivo averbado à matrícula no cartório; (verificar se há coordenadas no memorial);
- Quantos imóveis possuem registros de ônus reais, como hipotecas, penhoras ou ações judiciais em andamento?

- Quantos imóveis dentro dos limites da UC possuem registros formais (matrícula ou certidões trintenárias) válidos e atualizados?
- Existe sobreposição de registros ou títulos de posse entre diferentes interessados no interior da UC?
- Quais imóveis sobrepõem as áreas adquiridas pelo IEF?
- Qual percentual de sobreposição das áreas adquiridas pelo IEF?
- Entre os imóveis identificados, há propriedades que não estão cadastradas no CAR ou que apresentam inconsistências em sua documentação?
- Quais inconsistências foram encontradas entre os registros cartoriais e a realidade das ocupações identificadas no levantamento de campo?

A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas acima.

Como uma das entregas deste produto, deverá ser apresentada “Matriz Consolidada Fundiária” contendo, para cada imóvel:

- Situação documental;
- Delimitação correta das áreas;
- Sobreposições identificadas;
- Classificação jurídica consolidada;
- Indicação preliminar de encaminhamento (regularização, desapropriação, TC, etc.).

Destaca-se a importância de que Povos e Comunidades Tradicionais recebam atenção especial em sua caracterização, em respeito a estes grupos e também em respeito às salvaguardas do Programa COPAÍBAS.

Todos os dados gerados deverão ser disponibilizados para o IEF/MG. Este deverá indicar no Plano de Trabalho quais formatos e informações deverão constar neste produto para que os conteúdos sejam incorporados ao banco de dados da instituição.

**Entrega Produto 3.2:** Relatório de Levantamento Cartorial do Parque Estadual de Grão Mogol, contendo todas as informações solicitadas acima.

#### **Produto 4.1 – Investigação complementar em campo e sistematização dos dados do Parque Estadual Caminho dos Gerais**

A atividade de campo tem por objetivo identificar todos os residentes, proprietários/posseiros e comunidades tradicionais do Parque Estadual Caminho dos Gerais. Será obrigatória a presença em campo de ao menos dois dos três profissionais que serão avaliados neste processo seletivo, sendo um deles o especialista na área socioeconômica. Demais profissionais podem ser destacados para a atividade de campo, de acordo com o entendimento da contratada.

Antes do início dos trabalhos de campo, a consultoria contratada deverá participar de uma (01) reunião no Parque Estadual Caminho dos Gerais (Monte Azul/MG) para a apresentação dos trabalhos aos interessados locais, com o objetivo de informar à população o tipo de trabalho que será executado. A reunião deverá mobilizar e ser direcionada ao público de interesse, ou seja, proprietários, posseiros e comunidades tradicionais que possuem relação direta (uso de recursos naturais) com a Unidade de Conservação. A logística, alimentação e organização da reunião será de responsabilidade da contratada. Os profissionais da contratada deverão arcar com seus próprios custos de deslocamento, estadia e alimentação.

Toda a extensão em que há ocupação humana ou uso de recursos naturais deverá ser percorrida pela equipe da consultoria. A gestão da UC indicará quais são estas áreas. Sempre que possível, a atividade em campo será acompanhada pela equipe da UC, que indicará para a contratada onde há áreas para investigação quanto ao uso de recursos naturais e ocupação do solo.

O trabalho em campo deverá possibilitar que todos os atores e conflitos sejam identificados. Tal trabalho será norteado pelas pesquisas cartoriais e pela sistematização dos dados secundários.

### **Contexto para a estimativa da duração e logística de campo**

No Parque Estadual Caminho dos Gerais, estima-se a existência de 428 propriedades/posses. Estima-se ainda que residam aproximadamente 65 a 75 famílias, para as quais a consultoria deverá se planejar para realizar o levantamento de informações mais detalhadas. Para as demais propriedades/posses, durante a etapa de investigação complementar de campo, a consultoria deverá identificar os possíveis usos consolidados, benfeitorias existentes e demais informações relevantes que possam integrar o diagnóstico.

Quanto à distância percorrida para a realização das atividades, informa-se que há duas principais estradas de acesso no interior da UC com uma extensão total aproximada de 90 km, além de duas secundárias com extensão aproximada de 7 km e 12 km. Há também estradas externas à UC que dão acesso às propriedades/posses objeto deste levantamento, incluindo vias que circundam a Unidade (Zona de Amortecimento) e acessos secundários às propriedades, com extensão aproximada de 350 km.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

#### **Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:**

- As informações secundárias condizem com o que se observa em campo?
- Quais são as benfeitorias existentes nas propriedades?
- As lacunas relativas aos levantamentos fundiários e socioeconômicos identificadas na etapa anterior foram atendidas?
- Há casos de áreas com ocupação humana efetiva que estão causando impactos ambientais relevantes?
- Existem Termos de Compromisso vigentes com proprietários ou posseiros que possam influenciar na priorização de processos de regularização ou desapropriação?

A empresa proponente deverá apresentar proposta de questionário (ou método similar) adequada ao objetivo da contratação, contemplando, minimamente:

- Quantas pessoas vivem na propriedade/posse e como é a composição familiar?
- Qual a faixa etária predominante?
- Qual é o nível de escolaridade dos membros da propriedade/posse?
- Quais são as principais atividades econômicas ou ocupações dos moradores?
- Como é a infraestrutura das moradias (materiais de construção, acesso à água potável, saneamento)? As habitações são próprias?
- Há uso de recursos naturais no interior da UC?

#### **Observação – Portaria IEF nº 27/2021:**

Art. 6º– O IEF deverá priorizar a instauração de processos de acordo com os seguintes critérios:

I – interessado com idade igual ou superior a sessenta anos ou portador de doença grave nos termos do art.8º-A da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, devidamente comprovada;

II – área indicada para implantação de infraestrutura da unidade de conservação;

III – área com potencial interesse para projetos de concessão para uso público, devidamente fundamentado em parecer a ser elaborado pelo IEF;

IV – área com ocupação humana efetiva causadora de impacto ambiental sobre recursos ou valores fundamentais da unidade de conservação;

- V – área com Termo de Compromisso firmado entre o proprietário ou posseiro e o IEF;
- VI – existência de dívidas do interessado com o Estado, com previsão legal para alienação ou dação em pagamento de bem imóvel localizado no interior da unidade de conservação;
- VII – razões técnicas ou gerenciais de caráter excepcional, devidamente fundamentadas em parecer da gestão da unidade de conservação e da Diretoria de Unidades de Conservação – DIUC.

#### **Sobre populações tradicionais:**

- Quais são e qual o tamanho das áreas de uso consolidado utilizadas pelas comunidades?
- Qual o nível de organização desses grupos?
- Qual o perfil social e econômico destas populações?
- Qual a quantidade de moradores/famílias em cada comunidade tradicional?

Para avaliação do nível de organização das comunidades, recomenda-se a utilização de metodologias participativas, tais como Diagnóstico Rápido Participativo, Linha do Tempo Histórica e Matriz FOFA Participativa, entre outras.

#### **Observação – Questionário para comunidades:**

- Quantas pessoas vivem na comunidade e como é a composição familiar?
- Qual a faixa etária predominante?
- Qual é o nível de escolaridade dos membros da comunidade?
- Quais são as principais atividades econômicas da comunidade?
- Há alguma produção agrícola, pesqueira ou artesanal? Como é a organização desse trabalho?
- Existe algum sistema de trocas ou trabalho comunitário? Como funciona?
- A renda familiar é suficiente para cobrir as necessidades básicas?
- Quais são as práticas culturais ou religiosas mais importantes para a comunidade?
- Existem líderes comunitários? Como é a organização social?
- A comunidade tem alguma associação, cooperativa ou grupo de apoio?
- Quais são os eventos ou festividades mais importantes?
- Como é o acesso aos alimentos? A comunidade produz seu próprio alimento ou depende de compras?
- Quais recursos naturais são importantes para a comunidade (água, terra, floresta, etc.)?
- Há práticas de preservação ambiental ou manejo sustentável de recursos?
- A comunidade enfrenta problemas ambientais, como falta de água, desmatamento ou contaminação?

**Observação:** Para grupos ou comunidades fora da Unidade de Conservação, recomenda-se avaliação da consultoria quanto à necessidade de um levantamento simplificado.

**ATENÇÃO:** Para acesso às comunidades tradicionais, a contratada deverá verificar se há procedimentos de consulta pré-estabelecidos pelas mesmas e, caso não exista, deverá consultá-las sobre a melhor forma de realização das etapas do diagnóstico com o apoio da gestão da UC. Em hipótese alguma a contratada poderá negociar termos de compromisso em nome do órgão ambiental ou estabelecer qualquer tipo de pactuação.

Após a investigação de campo, deverá ser produzido um relatório compilando todos os dados levantados até então (Produtos 2 e 3.1), de modo a integrar informações provenientes de diferentes fontes sobre o mesmo objeto.

A etapa de campo deverá validar a classificação preliminar dos imóveis e consolidar:



- Grau de consolidação da ocupação;
- Nível de conflito existente;
- Impacto ambiental associado;
- Viabilidade de soluções negociadas.

Cada imóvel deverá ser classificado em tipologias de encaminhamento, tais como:

- Prioritário para desapropriação
- Alto risco socioambiental
- Alto risco jurídico

Como resultado das classificações, deverá ser produzida uma “Matriz de Priorização” contendo critérios como:

- Risco ambiental
- Conflito social
- Viabilidade jurídica
- Urgência de intervenção

A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas acima.

**Entrega Produto 4.1:** Relatório contendo o detalhamento dos objetivos, meios utilizados e resultados alcançados nas visitas de campo no Parque Estadual Caminho dos Gerais, além da sistematização integrada dos dados coletados com o levantamento cartorial e socioeconômico.

#### **Produto 4.2 – Investigação complementar em campo e sistematização dos dados do Parque Estadual de Grão Mogol**

A atividade de campo tem por objetivo identificar todos os residentes, proprietários/posseiros e comunidades tradicionais do Parque Estadual de Grão Mogol. Será obrigatória a presença em campo de ao menos dois dos três profissionais que serão avaliados neste processo seletivo, sendo um deles o especialista na área socioeconômica. Demais profissionais podem ser destacados para a atividade de campo, de acordo com o entendimento da contratada.

Antes do início dos trabalhos de campo, a consultoria contratada deverá participar de uma (01) reunião no Parque Estadual de Grão Mogol (Núcleo Comunidade de Tingui) para a apresentação dos trabalhos aos interessados locais, com o objetivo de informar à população o tipo de trabalho que será executado. A reunião deverá mobilizar e ser direcionada ao público de interesse, ou seja, proprietários, posseiros e comunidades tradicionais que possuem relação direta (uso de recursos naturais) com a Unidade de Conservação. A logística, alimentação e organização da reunião será de responsabilidade da contratada. Os profissionais da contratada deverão arcar com seus próprios custos de deslocamento, estadia e alimentação.

Toda a extensão em que há ocupação humana ou uso de recursos naturais deverá ser percorrida pela equipe da consultoria. A gestão da UC indicará quais são estas áreas. Sempre que possível, a atividade em campo será acompanhada pela equipe da UC, que indicará para a contratada onde há áreas para investigação quanto ao uso de recursos naturais e ocupação do solo.

O trabalho em campo deverá possibilitar que todos os atores e conflitos sejam identificados. Tal trabalho será norteador pelas pesquisas cartoriais e pela sistematização dos dados secundários.

#### **Contexto para a estimativa da duração e logística de campo**

No Parque Estadual de Grão Mogol, de acordo com o mapa de Status Fundiário do CAR, em 22 de janeiro de 2025 foram identificados 103 proprietários/posseiros dos imóveis cadastrados. No entanto, a gestão estima que pode haver mais proprietários/posseiros, considerando que parte dos moradores ainda não realizou cadastro no CAR.

Estima-se que aproximadamente 35 famílias possuam propriedades/posses com benfeitorias dentro da Unidade de Conservação, sendo que parte dessas famílias reside de forma permanente nos imóveis e outras realizam uso ocasional. A consultoria deverá identificar os usos consolidados, benfeitorias existentes e demais informações relevantes que possam integrar o diagnóstico.

Para as atividades de campo, estima-se uma duração entre 30 e 45 dias.

O acesso às principais comunidades do Parque Estadual de Grão Mogol se dá por vias terrestres, destacando-se duas rotas principais:

- Uma rota com cerca de 35 km conectando a cidade de Grão Mogol ao interior da Unidade, passando pelas comunidades de Taquaral, Cardoso, Cornélio, Bosque e Bom Despejo;
- Outra rota com aproximadamente 30 km de extensão que dá acesso à comunidade do Bosquinho.

Devido às condições do terreno, recomenda-se o uso de veículos 4x4 em ambos os trechos.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

**Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:**

- As informações secundárias condizem com o que se observa em campo?
- Quais são as benfeitorias existentes nas propriedades?
- As lacunas relativas aos levantamentos fundiários e socioeconômicos identificadas na etapa anterior foram atendidas?
- Há casos de áreas com ocupação humana efetiva que estão causando impactos ambientais relevantes?
- Existem Termos de Compromisso vigentes com proprietários ou posseiros que possam influenciar na priorização de processos de regularização ou desapropriação?

A empresa proponente deverá apresentar proposta de questionário (ou método similar) adequada ao objetivo da contratação, contemplando, minimamente:

- Quantas pessoas vivem na propriedade/posse e como é a composição familiar?
- Qual a faixa etária predominante?
- Qual é o nível de escolaridade dos membros da propriedade/posse?
- Quais são as principais atividades econômicas ou ocupações dos moradores?
- Como é a infraestrutura das moradias (materiais de construção, acesso à água potável, saneamento)? As habitações são próprias?
- Há uso de recursos naturais no interior da UC?

Considerar também critérios presentes na Portaria IEF N° 27/2021 que dispõem sobre procedimentos técnicos e administrativos para a desapropriação de imóveis e a indenização de benfeitorias localizados no interior das unidades de conservação geridas pelo Instituto Estadual de Florestas.

**Observação – Portaria IEF nº 27/2021:**

Art. 6º– O IEF deverá priorizar a instauração de processos de acordo com os seguintes critérios:

I – interessado com idade igual ou superior a sessenta anos ou portador de doença grave nos termos do art.8º-A da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, devidamente comprovada;

II – área indicada para implantação de infraestrutura da unidade de conservação;

III – área com potencial interesse para projetos de concessão para uso público, devidamente fundamentado em parecer a ser elaborado pelo IEF;

- IV – área com ocupação humana efetiva causadora de impacto ambiental sobre recursos ou valores fundamentais da unidade de conservação;
- V – área com Termo de Compromisso firmado entre o proprietário ou posseiro e o IEF;
- VI – existência de dívidas do interessado com o Estado, com previsão legal para alienação ou dação em pagamento de bem imóvel localizado no interior da unidade de conservação;
- VII – razões técnicas ou gerenciais de caráter excepcional, devidamente fundamentadas em parecer da gestão da unidade de conservação e da Diretoria de Unidades de Conservação – DIUC.

#### **Sobre populações tradicionais:**

- Quais são e qual o tamanho das áreas de uso consolidado utilizadas pelas comunidades?
- Qual o nível de organização desses grupos?
- Qual o perfil social e econômico destas populações?
- Qual a quantidade de moradores/famílias em cada comunidade tradicional?

Para avaliação do nível de organização das comunidades tradicionais, recomenda-se a utilização de metodologias participativas, tais como Diagnóstico Rápido Participativo, Linha do Tempo Histórica, Matriz FOFA Participativa, entre outras.

#### **Observação – Questionário para comunidades:**

- Quantas pessoas vivem na comunidade e como é a composição familiar?
- Qual a faixa etária predominante?
- Qual é o nível de escolaridade dos membros da comunidade?
- Quais são as principais atividades econômicas da comunidade?
- Há alguma produção agrícola, pesqueira ou artesanal? Como é a organização desse trabalho?
- Existe algum sistema de trocas ou trabalho comunitário? Como funciona?
- A renda familiar é suficiente para cobrir as necessidades básicas?
- Quais são as práticas culturais ou religiosas mais importantes para a comunidade?
- Existem líderes comunitários? Como é a organização social?
- A comunidade tem alguma associação, cooperativa ou grupo de apoio?
- Quais são os eventos ou festividades mais importantes?
- Como é o acesso aos alimentos? A comunidade produz seu próprio alimento ou depende de compras?
- Quais recursos naturais são importantes para a comunidade (água, terra, floresta, etc.)?
- Há práticas de preservação ambiental ou manejo sustentável de recursos?

A comunidade enfrenta problemas ambientais, como falta de água, desmatamento ou contaminação?

**Observação:** Para grupos ou comunidades fora da Unidade de Conservação, recomenda-se avaliação da consultoria quanto à adoção de abordagem simplificada.

**ATENÇÃO:** Para acesso às comunidades tradicionais, a contratada deverá verificar se há procedimentos de consulta pré-estabelecidos pelas mesmas e, caso não exista, deverá consultá-las sobre a melhor forma de realização das etapas do diagnóstico com o apoio da gestão da UC. Em hipótese alguma a contratada poderá negociar termos de compromisso em nome do órgão ambiental ou estabelecer qualquer tipo de pactuação.

Após a investigação de campo, deverá ser produzido um relatório compilando todos os dados levantados até então (Produtos 2 e 3.2), de modo a integrar informações obtidas por diferentes fontes sobre os mesmos objetos.

A etapa de campo deverá validar a classificação preliminar dos imóveis e consolidar:

- Grau de consolidação da ocupação;
- Nível de conflito existente;
- Impacto ambiental associado;
- Viabilidade de soluções negociadas.

Cada imóvel deverá ser classificado em tipologias de encaminhamento, tais como:

- Prioritário para desapropriação
- Alto risco socioambiental
- Alto risco jurídico

Como resultado das classificações anteriores, deverá ser produzida uma “Matriz de Priorização” contendo critérios como:

- Risco ambiental
- Conflito social
- Viabilidade jurídica
- Urgência de intervenção

A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas acima.

**Entrega Produto 4.2:** Relatório contendo o detalhamento dos objetivos, meios utilizados e resultados alcançados nas visitas de campo no Parque Estadual de Grão Mogol, além da sistematização integrada dos dados coletados com o levantamento cartorial e socioeconômico.

#### **Produto 5.1 – Termos de Compromisso, instrumentos correlatos e Plano Estratégico de Regularização Fundiária do Parque Estadual Caminho dos Gerais**

Um dos encaminhamentos possíveis para conflitos relacionados à questão fundiária e ao uso de recursos naturais da Unidade de Conservação é o uso de Termos de Compromisso (TC). Este instrumento não se aplicará a todos os casos, sendo a definição da estratégia para cada situação uma prerrogativa do Órgão Gestor.

Além dos Termos de Compromisso, poderão ser empregados outros instrumentos correlatos de natureza administrativa, jurídica ou participativa, aplicáveis à resolução de conflitos fundiários e de uso de recursos naturais, conforme avaliação técnica e institucional para cada caso específico.

A contratada deverá recomendar quais comunidades, proprietários, posseiros e/ou moradores serão passíveis de enquadramento por meio de Termos de Compromisso ou instrumentos correlatos.

A contratada deverá produzir minutas de Termos de Compromisso para cada um dos proprietários, posseiros e/ou moradores identificados como elegíveis.

Para comunidades tradicionais, as minutas de termos de compromisso poderão ser coletivas, quando couber. Para tanto, a contratada deverá considerar o histórico da comunidade no que tange ao uso dos recursos naturais da Unidade de Conservação e sua relação com o TC proposto.

As minutas serão entregues para o Órgão Gestor, que decidirá por seu emprego imediato ou não, com ou sem alterações na minuta. É prerrogativa da Administração Pública, e não da

contratada, dar encaminhamento à resolução de conflitos por meio de qualquer instrumento. Salienta-se que a aplicação ou entrega dos instrumentos em campo está fora do escopo desta contratação.

Durante a construção deste produto, espera-se que a contratada embase de maneira substancial as minutas de TCs e instrumentos afins. A discussão que levará à construção de cada minuta terá a mesma importância que a própria minuta elaborada.

A contratada deverá realizar levantamento de Termos de Compromisso (TC) e de outros instrumentos similares em uso no Brasil. Também deverá ser produzido um texto técnico sobre o conteúdo ideal de um TC ou instrumento similar, envolvendo:

- Aspectos a serem observados na elaboração;
- Métodos participativos adequados;
- Arcabouço jurídico relacionado.

Acerca do Parque Estadual Caminho dos Gerais, a discussão deverá contemplar as particularidades de cada caso que será endereçado via Termo de Compromisso ou instrumento similar. Não se espera um documento genérico aplicável a diferentes situações, mas um conjunto de instruções que auxilie o poder público a dar encaminhamento às questões específicas da Unidade de Conservação.

Tudo aquilo que o Estado deverá considerar para o desenvolvimento de TCs e instrumentos afins deverá ficar explícito. Destaca-se a importância de aprofundar a discussão sobre Povos e Comunidades Tradicionais, que são protegidos por arcabouço jurídico próprio, devendo ser tratados por meio de instrumentos que considerem suas especificidades.

Todo o conteúdo discutido deverá ser utilizado como base para a elaboração das minutas que serão entregues ao Órgão Gestor. As minutas e a discussão comporão conjuntamente o produto final.

**Durante a elaboração das minutas, deverão ser observadas as seguintes questões:**

- Quais atividades poderiam ser normatizadas por meio do estabelecimento de Termos de Compromisso ou instrumento equivalente?
- Qual seria o escopo do termo de compromisso (objetivos, requisitos, papéis, trâmites, casos semelhantes já pactuados ou em andamento etc.)?
- É possível propor exemplos com base em casos exitosos?

Em relação ao Parque Estadual Caminho dos Gerais, estima-se a necessidade de elaboração de Termos de Compromisso envolvendo entre 65 e 75 residentes no interior da Unidade de Conservação. Além disso, há cerca de 100 propriedades parcialmente inseridas no parque que apresentam uso agrícola e/ou pecuário sem residência no interior da UC.

Adicionalmente, existem moradores da Zona de Amortecimento e áreas além desta que utilizam água proveniente da Unidade de Conservação, canalizada e mantida pelas comunidades ou por particulares, com regramento estabelecido pelos próprios usuários. Nesses casos, deverá ser elaborada minuta de TC de caráter genérico, aplicável a situações semelhantes, incluindo também usuários relacionados à apanha de frutos do Cerrado e da Caatinga.

**Observação:** A captação de água superficial e a coleta de frutos por moradores do entorno do Parque Estadual Caminho dos Gerais deverá ser contemplada nas minutas de Termos de

Compromisso de forma genérica, ainda que o diagnóstico socioeconômico não seja realizado em áreas externas à Unidade.

**ATENÇÃO:** As minutas de Termos de Compromisso deverão ser entregues ao órgão ambiental competente, para que este conduza posteriormente as negociações de assinatura. No caso de comunidades tradicionais, poderão ser aplicadas Consultas Livres, Prévias e Informadas sobre o instrumento de gestão. Em hipótese alguma a contratada poderá negociar termos ou realizar qualquer tipo de pactuação.

A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às demandas aqui estabelecidas.

#### **Plano Estratégico de Regularização Fundiária – PECG**

A contratada deverá consolidar todas as informações produzidas ao longo da execução do contrato em um Plano Estratégico de Regularização Fundiária específico para o Parque Estadual Caminho dos Gerais.

O Plano deverá integrar os resultados dos produtos anteriores, especialmente os levantamentos cartoriais, diagnósticos de campo, análises socioeconômicas e classificação dos imóveis.

O produto deverá conter, no mínimo:

- Classificação final de todos os imóveis;
- Mapa decisório fundiário da UC;
- Priorização dos casos por grau de criticidade;
- Definição da estratégia recomendada para cada imóvel ou grupo de imóveis (incluindo, quando aplicável, TC ou instrumentos correlatos);
- Estimativa preliminar de custos por estratégia;
- Proposta de cronograma de implementação (curto prazo: até 1 ano; médio prazo: 3 a 5 anos; longo prazo: 5 a 10 anos);
- Recomendações institucionais para o IEF/MG.

O Plano deverá explicitar os critérios utilizados para priorização e definição das estratégias, bem como os riscos associados.

Este produto deverá ser apresentado em formato executivo, com mapas, tabelas e sínteses que subsidiem a tomada de decisão.

#### **Entrega Produto 5.1:**

Relatório contendo:

- Discussão técnica sobre Termos de Compromisso e instrumentos correlatos;
- Levantamento de experiências aplicáveis;
- Minutas elaboradas;
- Plano Estratégico de Regularização Fundiária do PECG.

#### **Produto 5.2 – Termo de Compromisso e instrumentos afins do Parque Estadual de Grão Mogol**

Um dos encaminhamentos possíveis para conflitos relacionados à questão fundiária e ao uso de recursos naturais da Unidade de Conservação é o uso de Termos de Compromisso (TC). Este instrumento não se aplicará a todos os casos, sendo a definição da estratégia para cada caso uma prerrogativa do Órgão Gestor.



Além dos Termos de Compromisso, poderão ser empregados outros instrumentos correlatos de natureza administrativa, jurídica ou participativa, aplicáveis à resolução de conflitos fundiários e de uso de recursos naturais, conforme avaliação técnica e institucional para cada caso específico.

A contratada deverá recomendar quais comunidades, proprietários, posseiros e/ou moradores serão passíveis de enquadramento por meio de Termos de Compromisso ou instrumentos correlatos.

A contratada deverá produzir minutas de Termos de Compromisso para cada um dos proprietários, posseiros e/ou moradores identificados como elegíveis.

Para comunidades tradicionais as minutas de termos de compromisso poderão ser coletivas, quando couber. Para tanto, a contratada deverá considerar o histórico da comunidade no que tange o uso dos recursos naturais da Unidade de Conservação e sua relação com o TC proposto.

As minutas serão entregues para o Órgão Gestor, que decidirá por seu emprego imediato ou não, com ou sem alterações na minuta. É prerrogativa da Administração Pública, e não da contratada, dar encaminhamento à resolução de conflitos por meio de qualquer instrumento. Salienta-se então que a aplicação ou entrega dos instrumentos em campo está fora do escopo desta contratação.

Durante a construção deste produto, espera-se que a contratada embase de maneira substancial as minutas de TCs e instrumentos afins. A discussão que levará à construção de cada minuta terá a mesma importância que a própria minuta elaborada.

A contratada deverá realizar um levantamento de Termos de Compromisso e de outros instrumentos similares em uso no Brasil. Também deverão ser produzidos um texto sobre o conteúdo ideal de um TC ou instrumento similar, envolvendo as questões que devem ser observadas, o método participativo apropriado para construção destes acordos e o arcabouço jurídico relacionado a este tema.

A contratada deverá realizar levantamento de Termos de Compromisso (TC) e de outros instrumentos similares em uso no Brasil. Também deverá ser produzido um texto técnico sobre o conteúdo ideal de um TC ou instrumento similar, envolvendo:

- Aspectos a serem observados na elaboração;
- Métodos participativos adequados;
- Arcabouço jurídico relacionado.

Tudo aquilo que o Estado deverá considerar para o desenvolvimento de TCs e instrumentos afins para esta Unidade de Conservação deverá ficar explícito. Destaca-se a importância de aprofundar a discussão sobre Povos e Comunidades Tradicionais e de Povos Indígenas, que são protegidos por arcabouço jurídico próprio. Assim, estes grupos deverão ser tratados TCs ou instrumentos similares que considerem suas particularidades.

Todo este conteúdo discutido, do geral ao específico, deverá ser empregado como base para a elaboração das minutas que serão entregues ao Órgão Gestor apoiado pelo COPAÍBAS. Junto à discussão, as minutas comporão o produto final.

**Durante a elaboração das Minutas deverão ser observadas as seguintes questões:**

- Quais atividades poderiam ser normatizadas por meio de Termos de Compromisso ou instrumento equivalente? Qual seria o escopo do instrumento (objetivos, requisitos, papéis, trâmites, casos semelhantes já pactuados ou em andamento)?
- É possível propor exemplos com base em experiências exitosas?

Em relação ao Parque Estadual de Grão Mogol, estima-se entre 35 e 50 Termos de Compromisso com os residentes dentro da Unidade de Conservação. Além dessa, há cerca de 20 propriedades parcialmente inseridas no Parque que possuem uso agrícola/pecuário sem residência no interior da UC, que deverão ter sua pertinência de elaboração avaliada pela consultoria.

No entanto, também há moradores da Zona de amortecimento proposta no Plano de Manejo e além dela que utilizam água proveniente da Unidade de Conservação, canalizadas sem nenhum regramento. Temos que definir como a consultoria irá fazer nestes casos.

**ATENÇÃO:** As minutas de Termos de Compromisso deverão ser entregues ao órgão ambiental para que ele possa posteriormente conduzir as negociações de assinatura. No caso das comunidades tradicionais podem ser aplicadas Consultas Livres Prévia e Informadas sobre o instrumento de gestão. Nesse sentido, em hipótese alguma a contratada poderá negociar termos ou realizar qualquer tipo de pactuação em nome do IEF/MG.

*A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.*

#### **Plano Estratégico de Regularização Fundiária – PEGM**

A contratada deverá consolidar todas as informações produzidas ao longo da execução do contrato em um Plano Estratégico de Regularização Fundiária específico para o Parque Estadual da Caminho dos Gerais

O Plano deverá integrar os resultados dos produtos anteriores, especialmente os levantamentos cartoriais, diagnósticos de campo, análises socioeconômicas e classificação dos imóveis.

O produto deverá conter, no mínimo:

- Classificação final de todos os imóveis;
- Mapa decisório fundiário da UC;
- Priorização dos casos por grau de criticidade;
- Definição da estratégia recomendada para cada imóvel ou grupo de imóveis (incluindo, quando aplicável, TC ou instrumentos correlatos);
- Estimativa preliminar de custos por estratégia;
- Proposta de cronograma de implementação (curto prazo: até 1 ano; médio prazo: 3 a 5 anos; longo prazo: 5 a 10 anos);
- Recomendações institucionais para o IEF/MG.

O Plano deverá explicitar os critérios utilizados para priorização e definição das estratégias, bem como os riscos associados.

Este produto deverá ser apresentado em formato executivo, com mapas, tabelas e sínteses que subsidiem a tomada de decisão.

## Entrega Produto 5.2:

Relatório contendo:

- Discussão técnica sobre Termos de Compromisso e instrumentos correlatos
- Levantamento de experiências aplicáveis;
- Minutas elaboradas;
- Plano Estratégico de Regularização Fundiária do PEGM.

## 6. Cronograma e Pagamentos

Os produtos deverão ser entregues conforme prazo disponível na tabela abaixo, que contém também os pagamentos por cada entrega.

<b>Produtos</b>	<b>Prazo total* (dias corridos a partir da assinatura do contrato)</b>	<b>Prazo para a avaliação do IEF/MG (dias a partir da entrega dos produtos)</b>	<b>Pagamento</b>
<i>1 – Plano de Trabalho</i>	<i>15</i>	<i>10</i>	<i>10%</i>
<i>2 – Caracterização preliminar</i>	<i>45</i>	<i>15</i>	<i>20%</i>
<i>3.1 – Levantamento cartorial – PECGerai</i>	<i>105</i>	<i>20</i>	<i>15%</i>
<i>3.2 – Levantamento cartorial - PEGM</i>	<i>165</i>	<i>20</i>	<i>15%</i>
<i>4.1 – Levantamento em campo - PECGerai</i>	<i>225</i>	<i>15</i>	<i>10%</i>
<i>4.2 – Levantamento em campo - PEGM</i>	<i>285</i>	<i>15</i>	<i>10%</i>
<i>5.1 -Termos de Compromisso e Plano Estratégico de Reg. Fundiária - PECGerai</i>	<i>300</i>	<i>10</i>	<i>10%</i>
<i>5.2 -Termos de Compromisso e Plano Estratégico de Reg. Fundiária - PEGM</i>	<i>330</i>	<i>10</i>	<i>10%</i>

\*Os prazos totais para a entrega e aprovação de cada um dos produtos, deverão considerar tanto a elaboração dos mesmos por parte da contratada, bem como os prazos de correção por parte do órgão gestor.

\*\*O cronograma sugerido poderá ser ajustado desde que em comum acordo entre as partes e estabelecido no Plano de Trabalho.

As atividades descritas neste TdR deverão ser desempenhadas no prazo de 330 dias e a vigência do contrato será de 390 dias após assinatura, de acordo com o cronograma de entrega dos produtos.

Caso os produtos sejam aprovados antecipadamente, o pagamento será feito sem que seja preciso esperar os prazos acima listados.

Devem estar inclusos no valor da proposta a remuneração dos serviços prestados pela consultoria (pessoal, logística, materiais, etc.), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

A Contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para [D2contratos@funbio.org.br](mailto:D2contratos@funbio.org.br) ; [copaibas@funbio.org.br](mailto:copaibas@funbio.org.br) , devidamente aprovados pelo IEF/MG.

O contrato será celebrado com o Funbio com recursos do Programa COPAÍBAS e o pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, da nota fiscal e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA. Trata-se do documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com o solicitado.

Os produtos deverão ser entregues ao responsável pelo contrato, servidor do Órgão Gestor beneficiário, que irá avaliar e aprová-los. Caso os produtos não se apresentem satisfatórios para a aprovação pelo Órgão Gestor, a contratada deverá proceder às alterações até que os documentos atendam ao solicitado, para então serem aprovados. O Órgão Gestor terá 15 dias corridos para a aprovação de cada produto.

## 7. Forma de apresentação

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados e de acordo com a gramática vigente.

A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela Equipe de Planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

As imagens devem ser entregues em arquivos de alta e baixa resolução, em formato .tiff ou .jpeg, georreferenciadas, conforme o caso. Toda a base cartográfica do projeto deve ser georreferenciada e entregues os shapefiles de todos os mapas, assim como as tabelas de dados, os metadados, os arquivos em formato geodatabase, os projetos nos softwares de SIG (.mxd e .qgs) e o banco de dados espaciais elaborado. Os arquivos de texto devem estar em formato .docx e as planilhas em formato .xlsx. Os produtos deverão ser enviados também em formatos compatíveis com o pacote Libreoffice.

Versões preliminares devem vir com marca d'água que indique esse status.

A versão final de todos os produtos deverá ser entregue em formato digital, cujo armazenamento é de responsabilidade da Contratada, o que também se aplica aos arquivos de apoio e às versões preliminares. Por arquivos de apoio, entende-se: mapas, imagens de satélite, dados vetoriais, textos, tabelas e planilhas, croquis e desenhos, fotos e vídeos.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara, tanto nos documentos impressos como nos arquivos eletrônicos, de forma que os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições.

## 8. Insumos necessários e responsabilidades

Caberá à Contratada:

- Adquirir as autorizações, certidões, registros ou documentos equivalentes porventura necessários à execução dos trabalhos deste TdR. As certidões, registros e outros documentos cartoriais serão obtidos pelo IEF/MG, sem ônus para a contratada.
- Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos neste TdR, tais como computadores, *softwares* de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, sistema de videoconferência e suíte de escritório;
- Custear as despesas relacionadas a honorários, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;
- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais, tais como reuniões, reconhecimento de campo e oficinas, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros;
- Custear as despesas de diagramação e impressão de documentos, tais como mapas, textos, figuras e afins;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que o Órgão Gestor verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual.

Caberá ao Órgão Gestor:

- Disponibilizar à contratada todos os documentos existentes em seu domínio que possam contribuir com a elaboração desta consultoria, mediante prévia solicitação e análise;
- Providenciar documento de apresentação da contratada como responsável técnica por esta consultoria para todos os fins que possam ser necessários;
- Examinar e avaliar os materiais apresentados pela contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição nula, parcial ou integral destes, baseando-se nas previsões deste TdR, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho previamente aprovado;
- Se responsabilizar pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de sua equipe para as atividades em campo, sem com isso onerar a contratada;
- Mediar a relação com as populações que moram na UC ou em seu entorno, sempre que houver potencial de conflito e houver solicitação por parte da contratada, ressaltando a importância de envolvimento com as instâncias que representam formalmente tais populações;
- Apoiar a contratada no desenvolvimento das atividades previstas neste TdR, sempre que possível, conforme solicitação desta.

Para o Parque Estadual Caminho dos Gerais não há infraestrutura de apoio no interior da Unidade de Conservação para uso da consultoria, mas tem escritório de apoio nas sedes dos Municípios de Espinosa, Monte Azul e Gameleiras, a melhor estrutura é de Montes Azul. Para o Parque Estadual Grão Mogol há estruturas para apoio as atividades no interior da UC. Além do escritório do IEF/MG na cidade de Grão Mogol.

## 9. Qualificação das organizações candidatas

A Pessoa Jurídica interessada na execução dos serviços deste TDR deve possuir experiência com levantamentos fundiários e socioeconômicos em Unidades de Conservação ou em projetos similares. Organizações candidatas que não possuírem ao menos uma (01) experiência com levantamentos fundiários e uma (01) experiência com levantamentos socioeconômicos em Unidades de conservação ou em outros projetos socioambientais serão eliminadas sem que os demais quesitos sejam avaliados.

As proponentes serão ainda avaliadas quanto a experiência com estudos relacionados a povos e comunidades tradicionais, critério este que será apenas classificatório, e não eliminatório.

A interessada deverá possuir equipe composta pelos seguintes profissionais especializados, com formação acadêmica de nível superior, enquadrados nos perfis a seguir:

**Perfil 01 - Coordenador do Trabalho:** 1) Qualificações gerais: formação em nível superior em engenharia e ciências naturais. Serão considerados cursos como Geografia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Agrimensura/Cartografia, Engenharia Florestal. Profissionais com outras formações serão avaliados quanto à pertinência em relação ao tema.; 2) Experiência em coordenação de atividades e/ou levantamentos fundiários receberão uma melhor avaliação as experiências diretamente relacionadas a Unidades de Conservação.

**Perfil 02 – Especialista em situação fundiária:** 1) Qualificações gerais: formação acadêmica superior em engenharia de agrimensura. 2) Experiência em diagnósticos e levantamentos relacionados com situação fundiária e levantamentos cartoriais referentes à posse e ao uso da terra. Caso a experiência esteja relacionada à Unidades de Conservação, tais experiências receberão um acréscimo na pontuação conforme estabelecido no anexo.

**Perfil 03 – Especialista na área socioeconômica:** 1) Qualificações gerais: formação em cursos de ciências humanas ou sociais aplicadas (sociologia, antropologia, história, geografia, dentre outros). Profissionais com outras formações serão avaliados quanto à pertinência em relação ao tema. 2) Experiência em trabalhos socioeconômicos em Unidades de conservação ou em projetos socioambientais. Caso a experiência esteja relacionada a Povos e/ou Comunidades Tradicionais, as mesmas receberão um acréscimo na pontuação conforme estabelecido no anexo.

**Observação:** A formação em curso de nível superior do Coordenador e Especialistas é obrigatória, sendo eliminada a proponente que não apresentar tal qualificação. Formação complementar como cursos de especialização, mestrado e doutorado serão pontuados conforme descrição na alínea c – “Qualificação da Equipe” no anexo “Critérios de Avaliação” não sendo de caráter eliminatório.

Os critérios *“Experiência em levantamentos fundiários e/ou regularização fundiária em zonas rurais”* para Coordenador; *“Experiência comprovada na realização de diagnósticos fundiários e/ou regularização de propriedades”* ou *“Experiência comprovada em levantamentos, diligências e procedimentos cartoriais relacionados à propriedade, posse e ao uso da terra”* para Especialista em Situação Fundiária; *“Experiência em diagnósticos socioeconômicos em Unidades de conservação ou em projetos socioambientais”* ou *“Experiência em trabalhos socioeconômicos de Povos e/ou Comunidades Tradicionais”* para Especialista em Socioeconomia são eliminatórios. Profissionais que não alcançarem ao menos um ponto de experiência em suas



especialidades serão eliminados. Os serviços serão avaliados não apenas de forma quantitativa, mas também qualitativa.

Caberá ao Coordenador conduzir o processo de planejamento e execução dos trabalhos deste TdR junto à sua equipe. É necessário que tal profissional tenha habilidade para mediação e resolução de conflitos, promoção de acordos entre diferentes grupos envolvidos em questões de ocupação do solo e uso de recursos naturais das UCs, assim como capacidade de liderança. Os profissionais especialistas terão como propósito assessorar o Coordenador na elaboração dos produtos, atuando no levantamento e análise de informações e dados relacionados ao escopo desta contratação.

Toda atividade de campo deverá ser integralmente acompanhada por dois destes profissionais. Por integralmente, entende-se que os integrantes deverão estar em campo durante todos os dias de atividade e deverão participar de todas as reuniões. Substituições na equipe só serão aceitas se autorizadas pelo contratante, mediante aval do Órgão Gestor beneficiário desta contratação.

A equipe descrita acima é entendida como mínima para execução desta consultoria e é por meio destes profissionais que será avaliada a capacidade técnica do quadro da concorrente. Contudo, outros profissionais que a proponente julgar necessário poderão ser apresentados na proposta a ser submetida, como técnicos de apoio, a fim de assegurar o cumprimento dos prazos indicados neste Termo. Por exemplo, espera-se que a empresa selecionada conte com ao menos um profissional especializado em geoprocessamento, já que há muitas tarefas que demandarão a presença deste profissional.

A organização concorrente deverá indicar em sua proposta quais serão os três profissionais que assumirão os perfis acima destacados, visto que esses serão avaliados no processo seletivo.

Durante as avaliações da Pessoa Jurídica e de seus profissionais, serão consideradas apenas as qualificações relevantes para os trabalhos exigidos neste TdR, de acordo com as comprovações enviadas ao Funbio.

**ATENÇÃO:** A qualificação e a experiência dos profissionais serão comprovadas por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica e/o declarações de experiência emitidas pelo contratante, além de diplomas de graduação e pós-graduação.

**ATENÇÃO:** Esta contratação faz parte da estratégia do COPAÍBAS para a resolução de questões relacionadas ao uso do solo e dos recursos naturais das UCs apoiadas pelo Programa. Uma mesma empresa poderá concorrer em mais de um processo seletivo utilizando a mesma equipe, no entanto, será necessário demonstrar que os profissionais indicados para concorrer neste processo seletivo têm capacidade de alocar horas suficientes para cumprir este contrato (caso seja selecionado), os demais contratos em que já participa no FUNBIO e os demais contratos em que deseja concorrer em simultâneo.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

## 10. Responsáveis técnicos

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pela contratada para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será da equipe instituída pelo Órgão Gestor, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas, além de acompanhar e participar de todas as etapas do processo de elaboração deste estudo.

Quaisquer modificações no escopo do trabalho ou nos prazos de entrega deverão ser previamente aprovadas pela Equipe de Planejamento, assim como devem passar pela anuência do Funbio enquanto Contratante.

Os servidores serão responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato referente aos serviços especificados neste TdR, bem como pelo preenchimento dos TRAs (Termos de Recebimento e Aceite) e interlocução com o Funbio.